



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ACTA N.º 02/2016

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2016

INICIADA ÀS 14 HORAS E 40 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 19 HORAS E 30 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL.
- ABERTURA.....	02
- ANTES DA ORDEM DO DIA	04
- ORDEM DO DIA.....	21
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	32
- ENCERRAMENTO.....	32

ACTA N.º 02/ 2016

ABERTURA

Aos vinte e nove dias do mês de Abril de dois mil e dezasseis, no Auditório Municipal sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Prof. Doutor Manuel José dos Santos Silva** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;

2.2 - Prestação de Contas do Exercício do ano de 2015;

2.3 - Adesão à Associação Geopark Estrela.

3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respectivamente, Senhor Dr. José Armando Serra dos Reis e a Senhora Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: **Prof. Doutor Manuel José dos Santos Silva, Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo, Dr. José Armando Serra dos Reis, Eng.º João Nuno dos Santos Silva Serra Duarte, Dra. Diana Catarina Lopes Louro, Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Dr. Jorge Manuel Roque Batista Fael, Prof. Doutor João Carlos Ferreira Correia, José Augusto Martins Santos, Eng.º José Miguel Ribeiro de Oliveira, Francisco Manuel Rodrigues Moreira, Fernando José Gonçalves Casteleira, Prof. Doutor Joel José Puga Coelho Rodrigues, Eng.º Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho, Prof. Doutor Rui Alberto Lopes Miguel, Dr. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais, Dr. José Paulo Pina Simão, Prof. Doutora Sandra da Costa Henriques Soares, Dr. Hugo Gonçalo Monteiro Silva Aguiar Brancal, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dra. Carla Marisa Pereira da Silva Marques, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Luís Filipe da Silva Santos (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguiso), João Ramos Almeida (Erada), Dr. Augusto Fernando Godinho Macedo (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa), José da Trindade Branco (S. Jorge da Beira), Dra. Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Luís Filipe Fabião Pessoa (Unhais da Serra), José Morais Lourenço (Verdelhos), Eng.º Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), António Paulo Pereira Ranito (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), João José de Oliveira Valério (Teixoso e Sarzedo) e João Luís Martins Gomes (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----**

Não compareceu o Excelentíssimo Senhor **Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar – Galo e Vila do Carvalho)**. ----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente Sessão**. -----

PRESENCAS DA CÂMARA

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira e os Senhores Vereadores: Dr. Nuno Flávio Costa Reis, Carlos do Carmo Martins, Prof. Joaquim António Matias, Rui Paulo da Silva Rosa, Prof. José Joaquim Pinto de Almeida e a funcionária que apoia a Assembleia Municipal, Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola.-----

ORDEM DE TRABALHOS

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

**APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ACTA N.º 03/2015
DE 30 DE JUNHO**

--- Submetida a acta, previamente enviada a todos os Membros convocados, à apreciação, não houve intervenientes. Colocada à votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

EXPEDIENTE

- E-mail de Pedro Miguel Guiomar Carvalho - Inspeção-Geral de Finanças a remeter o ofício n.º 566 de 01 de Março de 2016;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter as propostas de alteração ao OE 2016, que apresentou na Assembleia da Republica;
- E-mail do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a remeter as propostas de alteração ao OE 2016, que apresentou na Assembleia da Republica
- Ofício n.º 155 da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens da Covilhã a remeter o Relatório Anual de Actividades – 2015;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a pergunta colocada ao Senhor Ministro da Economia "sobre a aquisição das Minas da Panasqueira pelo Grupo canadiano Almonty Industries;
- E-mail do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a remeter a pergunta dirigida ao Ministério da Educação, pelos Senhores Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia, sobre a reabertura da Escola Básica do 1.º Ciclo da Erada;

- E-mail do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a remeter o Projecto de Resolução sobre Classificação e valorização das lojas históricas;
- E-mail do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a remeter o Projecto de Resolução- Preconiza a interdição do uso do glifosato;
- E-mail do Senhor Dr. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais a comunicar que deixa de integrar o Grupo Municipal "Movimento Acreditar Covilhã";
- E-mail do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a convidar para Audição Pública Parlamentar sobre "Políticas Públicas para a Promoção de uma Floresta Sustentável";
- E-mail do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a remeter o Projecto de Resolução sobre a actualização do Programa Nacional de Vacinação;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter os Projectos de Resolução n.º 203 e 204/XII/1.ª sobre iniciativas legislativas na Área da Saúde.

INTERVENÇÕES

--- O Senhor Dr. Jorge Fael, Representante do Partido Comunista Português, fez uma Declaração Política referindo: "Para o PCP, o Orçamento de Estado de 2016, já em execução, encontra a sua principal justificação mais nas políticas económicas e sociais que interrompe do que naquelas que consegue desde já avançar. Sendo certo que ele exprime já várias medidas de política que são um sinal da mudança que se produziu a partir dos resultados das eleições de 4 de Outubro passado..."

(doc.01). -----

--- O Senhor Francisco Moreira, Representante do Partido Social-Democrata, fez uma Declaração Política referindo: "O PSD - Partido Social-Democrata, utiliza hoje esta tribuna sob a forma de declaração política, para lembrar acontecimentos, uns positivos, outros nem tanto e para saudar iniciativas que considera relevantes... A UBI é digna de um Voto de Louvor que aqui propomos..."

(doc.02). -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que os Líderes Parlamentares lhe fizeram saber que o Voto de Louvor à Universidade da Beira Interior, pela celebração do seu 30.º Aniversário, é proposto em conjunto. -----

--- Colocado o Voto de Louvor à Universidade da Beira Interior à votação, foi o mesmo **aprovado por unanimidade e aclamação.** -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo, Representante do Movimento Acreditar Covilhã: “Fazer uma Declaração Política, neste momento, é olhar para a realidade Nacional e vemos que saímos defraudados. Aliás, pegando aqui nas declarações que foram feitas pelo Representante do PCP verifica-se que, de facto, temos um Orçamento de Estado que foi aprovado nas condições em que foi aprovado e, afinal de contas, não agrada a nenhum dos que aprovou. Isto, de facto, é a famosa geringonça a funcionar, geringonça política e geringonça orçamental.

Temos um Orçamento de Estado que ignora o Interior, que penaliza o Interior em todos os seus níveis. Penaliza naquele espaço que nós aqui hoje vamos homenagear, penso que já foi consciencializado pelas Conferências de Líderes, no que diz respeito ao Voto de Louvor à Universidade da Beira Interior, mas não podemos esquecer que o Orçamento da Universidade da Beira Interior foi penalizado por este Orçamento de Estado e foi penalizado em mais de 1 milhão e meio de euros. E, portanto, quem tanto defende o Interior, tão pouco faz por ele!

A questão da Barragem que aqui já foi definida, já foi falado na Barragem do Alvito e o Plano de Barragens vem cancelar uma série de barragens. E, a Covilhã estaria à espera que houvesse uma luzinha sobre a Barragem da Serra da Estrela, infelizmente nada.

Dizem-nos, agora, que vem aí uma Missão para a interioridade ou para o Interior. E, eu digo, a Missão tem como prazo limite 180 dias para apresentar a identificação dos problemas do Interior e, eventualmente, alguns caminhos para a sua resolução.

E eu pergunto, se não é demais perguntar, andamos aqui há 30, há 40 anos a discutir o Interior, andamos aqui há 40 anos a sofrer o Interior, a sofrer a interioridade e só agora é que vamos descobrir os problemas da interioridade? Não os sabemos já?

Em vez de uma Unidade de Missão para descobrir os problemas do Interior, não era preferível fazer uma Unidade de Acção para resolver os problemas do Interior?

E eu pergunto, se a nível Nacional estamos a este nível, a este patamar que é um patamar de desalento, de descrédito entre o que foi prometido, entre a alta expectativa que houve, no que diz respeito à eleição de um Governo e ao apoio a um Governo que, supostamente, viria resolver uma série de problemas com o Interior e a realidade que temos... acho que é inultrapassável!

Os próprios, não estão aqui representados, do Bloco de Esquerda, quando vieram a Castelo Branco, vieram dizer: Meus Senhores o Orçamento de Estado falhou com o Interior! São os próprios que assumem isto!

E querem-nos fazer acreditar que, afinal de contas, aquilo que foi aprovado a nível Nacional, aquilo que estes Senhores aprovaram a nível Nacional, vai resolver alguma coisa a nível do Interior? Que coerência é esta? Que vontade é esta? Que justiça é esta?

Só para terminar - ouvindo o Senhor Presidente de Câmara no que diz respeito à administração dos seus desígnios Municipais - ultimamente temos, recorrentemente, ouvido de que se alguma coisa se fará na Covilhã, se fará à conta deste Orçamento de Estado, deste Governo, deste apoio do Governo Central e eu pergunto, estaremos a sonhar?

Estaremos a ser enganados?

Estaremos a ser embalados? Porque, de facto, quem tem a garantia que, no Orçamento de 2016, para o Interior zero, para a Covilhã menos zero, alguma coisa se poderá esperar na Câmara da Covilhã, se tudo depende deste Orçamento Central?

Senhor Presidente da Câmara espero que assuma, de uma vez por todas, que se está dependente deste Orçamento Central nada se vai fazer em 2016 e em 2017 se verá. Em 2017 já é ano eleitoral, todos sabemos, mas acho que as pessoas começam a ficar cansadas, saturadas, para não dizer mesmo - e aqui aproveito para dar os meus parabéns ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia pelo excelente discurso que fez no 25 de Abril - para não dizer mesmo humilhadas, durante três anos, para depois se fazer de conta que se fez alguma coisa no último ano. As pessoas, os Cidadãos Eleitores não merecem isto! A Covilhã merece melhor!" -----

--- O Senhor Dr. Pina Simão, Representante do Partido Socialista, apresentou uma Moção "Os 40 Anos da Constituição da República Portuguesa" (**doc.03**). -----

--- Colocada a Moção à votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

Foi feita Declaração de Voto:

- Senhor Dr. João Bernardo: "Congratulo o PS pela rectificação da total omissão que a questão do 40º aniversário da CRP mereceu nas celebrações oficiais do município. A CRP é o primeiro acto democrático que merecia ser devidamente homenageada. Pelo que voto favoravelmente esta moção com a certeza que, desta forma, o PS acordou com a última intervenção do MAC na última sessão solene desta AM no passado 25 de Abril.

Bem-vindos e bem hajam pela rectificação". -----

- Senhor Dr. Jorge Fael: "Nós associamo-nos favoravelmente a esta Moção. Apesar de amputada, nas suas sete revisões constitucionais, a nossa Constituição da República Portuguesa continua a ser um farol de liberdade, de democracia e de consagração de direitos fundamentais dos Portugueses. Nesse sentido, além de votar favoravelmente, deixava uma sugestão ao Município - sei que em Lisboa, por proposta do PCP, foi aprovada no Executivo da Câmara Municipal de Lisboa a atribuição de uma placa toponímica da Constituição da República Portuguesa de 1976 - eu creio que sendo um dos mais belos textos constitucionais europeus e provavelmente do Mundo, creio que faria todo o sentido deixar essa marca, também, na nossa Cidade que teve, como é sabido, na luta contra o fascismo e a ditadura um papel muito relevante. Deixava esta sugestão em nome da Bancada do PCP." -----

- O Senhor Francisco Moreira: "Esta foi uma das questões que nós demos um grande destaque no discurso que proferimos na Sessão Solene do 25 de Abril. Porque entendemos que, a Lei fundamental do País, é um documento democraticamente elaborado, com aceso debate político, em que participaram todos os Partidos Políticos. É, de facto, um belíssimo documento!

E nós estamos de acordo com a referência que foi aqui feita e estamos de acordo com esta sugestão que é dada no sentido de, no quadro da toponímia do Concelho, podermos dar eco a este texto fundamental." -----

--- O Senhor Dr. Paulo Tourais fez uma intervenção política e colocou questões (**doc.04**). -----

--- O Senhor Dr. Jorge Fael apresentou uma Moção relativa à extinção de Freguesias (**doc.05**). -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo pediu esclarecimentos: “A Moção é no sentido de criar uma Comissão de Avaliação das Uniões de Freguesias e em função desse resultado, dessa avaliação, ser enviada a posição do Município à Assembleia da República?

Uma coisa é nós avaliarmos e enviarmos o resultado das avaliações, outra coisa é enviarmos a dizer que tem que ser alterado. Há situações em que pode haver interesse, até das Populações, em não o fazer.” -----

--- O Senhor Dr. Jorge Fael: “Os dois pontos submetidos a deliberação são claros: O 1.º ponto diz respeito à proposta de criação de uma Comissão que envolva os Eleitos da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, das Assembleias de Freguesia, no sentido de, por um lado, avaliar aquilo que foi feito e procurar perspectivar aquilo que consideramos que é necessário fazer em matéria de reorganização administrativa, tendo em conta as consequências da Reforma que foi imposta no passado; o 2.º ponto apelar, desde já, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República para a revisão da própria Lei (aliás, isso consta do próprio Programa do Governo, como é sabido), devolvendo às Populações aquilo que nunca devia ter sido retirado - contra a sua vontade e sem a sua opinião. E, isso parece-me que é claro na Moção que aqui propomos”. -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo: “Senhor Presidente então nós propomos duas questões – é saber se a Moção é votada em conjunto ou se estas duas propostas são votadas em separado? Porque, obviamente a 1.ª estaremos de acordo, com ela. A 2.ª se ficar dependente do resultado da avaliação, faz todo o sentido e votaremos favoravelmente. Se é para fazermos um programa político daquilo que é o entendimento das Freguesias, não estamos de acordo e teremos que votar contra. A questão que eu coloco, ao apresentante da Moção, é saber se coloca em separado a votação ou não?” -----

--- O Senhor Eng.º João Nuno Serra: “Oh Senhor Deputado Jorge Fael nós estamos de acordo, genericamente, com o alcance da Moção. De resto, o PSD votou contra, aqui nesta Assembleia, a extinção das Freguesias. Aceitamos que a agregação se faça nas Freguesias Urbanas, sempre dissemos que não fazia qualquer sentido a eliminação que aconteceu nas Freguesias Rurais. Pelo que se o Senhor Deputado estiver disponível para a transformar em duas a Moção, que apresenta, na medida em que nós não estaremos de acordo com uma Comissão que vai estudar aquilo que já se sabe, do nosso ponto de vista. Aquilo que importa neste momento é repor aquilo que foi extinto nas Rurais. Do nosso ponto de vista, o diagnóstico está feito e não vale a pena estarmos a constituir mais Comissões. Quanto ao 2.º ponto estaremos de acordo como é evidente.” -----

--- O Senhor Dr. Jorge Fael: “nós não estamos disponíveis para separar os pontos, entendemos que um e outro são indissociáveis. Eu não sei se a Comissão é desnecessária porque já sabemos tudo, eu creio que não sabemos tudo. E, aliás, sobre essa matéria temos pontos de vista diferentes. O Senhor Deputado refere-se apenas às Freguesias Rurais, eu não sei qual é a opinião da População do Canhoso relativamente à agregação que foi feita. Aquilo que me vai chegando é que a agregação foi negativa e que as consequências são negativas.

Aquilo que nós pensamos, com esta Comissão, é que seria importante ouvir todos os Eleitos e procurar ouvir, também, as Populações sobre esta matéria. Porque, como é sabido, o Governo que o Senhor apoia, que apoiou no passado, do seu Partido, não ouviu absolutamente ninguém, impôs uma reorganização administrativa a régua e esquadro, extinguiu mais de mil Freguesias sem ouvir os Eleitos e sem ouvir as Populações e as consequências estão à vista, como creio que é evidente para toda a gente.

Nós, não estamos de acordo, queremos que a Moção seja submetida a votação tal qual foi... aliás, não faria sentido, porque esta Moção foi apresentada na Câmara Municipal, pelo nosso Vereador, e não faria sentido que a mesma Moção, com o mesmo conteúdo, fosse aqui na Assembleia Municipal submetida à votação com um conteúdo diferente.” -----

--- O Senhor Eng.º João Nuno Serra: “como sabe o Senhor Deputado, já vieram aqui, a esta Assembleia, Moções, Propostas, Recomendações, inclusivamente trazidas por actuais Presidentes de Junta, sobre a problemática e as dificuldades que estão a acontecer da agregação que foi feita. O diagnóstico está feito! Se o Senhor entende que deve apresentar aqui uma Moção para constituir uma Comissão que, do nosso ponto de vista, não vai trazer qualquer valor acrescentado, está no seu pleno direito. Agora, aquilo que eu lhe quero dizer é que o PSD não está disponível para andar aqui a constituir Comissões *ad hoc*. Porque o problema do Canhoso, que relata, provavelmente relataram-lho a si. Eu não tenho qualquer conhecimento.

E, de resto, quer o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, quer a Assembleia de Freguesia têm, a todo o tempo, este Órgão aberto para vir aqui, de viva voz, manifestar as suas dificuldades.

Que se saiba, até hoje, nunca cá vieram! Este é o Órgão onde as pessoas têm que se manifestar, os Presidentes de Junta, os Membros da Assembleia de Freguesia e as pessoas.

Fazendo uma retrospectiva do que aconteceu, volvidos estes dois anos, foi que quem aqui veio foram as Rurais. Portanto, o diagnóstico está feito!” -----

--- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira: “referir que o Partido Socialista, nesta Assembleia, e desde a primeira hora, se manifestou contra a agregação de Freguesias e não vê qualquer inconveniente em que seja criada esta Comissão para se poder analisar este assunto, falar com pessoas, com grupos de pessoas, com Membros, com Associações e Colectividades das Freguesias, para podermos criar, aqui dentro deste Órgão, um espírito crítico mais conhecedor da realidade. Relativamente a essa temática, da nossa parte, entendemos que esta proposta faz todo o sentido e iremos votar favoravelmente.” -----

--- O Senhor Rui Amaro (Peso e Vales do Rio): “todas as Freguesias Rurais preferem estar como estavam, do que como estão agora. De uma maneira geral, é o sentimento das Populações, é o sentimento de quem vive lá e possivelmente, também, será o sentimento de quem está a gerir as Freguesias, actualmente. Diagnósticos, todos podemos fazer os nossos diagnósticos. A Assembleia é autónoma, pode votar e aprovar a Moção, mas com toda a certeza vão ouvir aquilo que eu estou a dizer. Agora, se quiserem, estamos a um ano das Eleições, às vezes dá jeito fazer estas coisas, mas no entanto nós temos a nossa porta aberta e sem problema nenhum podemos votar favoravelmente a vossa proposta e recebe-los e ouvi-los e com toda a certeza será este o sentimento que irão ter por parte das Populações.” -----

--- O Senhor Dr. Jorge Fael: “eu queria dirigir um apelo ao voto favorável nesta Moção. E, enfim, podemos até reconsiderar a questão da votação dos pontos, mas queria fazer um apelo ao voto favorável com os dois pontos. E, porquê?

Bem, o Senhor Deputado Nuno Serra diz que o diagnóstico está feito, mas se o problema é a Comissão, se o problema é participar na Comissão, o PSD tem a opção de participar ou não na elaboração desse diagnóstico, porque aquilo que nós dizemos é avaliar o resultado, é tão-somente isso. Ou agora, como forma de pressão, ou à posterior a Assembleia Municipal, o Município, as Assembleias de Freguesia vão ser chamadas a pronunciar-se e eu creio que devemos fazer o trabalho de casa. Aliás, esta Moção está a ser aprovada noutros Municípios, até de maioria PSD, posso-lhe dizer, por exemplo, o caso de Oeiras, mas está a ser aprovada noutros Concelhos e noutros Municípios. Portanto, a perspectiva é esta: antecipamos o trabalho de casa e como forma de pressão do Governo avaliamos os seus resultados. Os resultados podem ser aqueles que o Senhor Presidente agora aqui veio dizer e noutros casos podem não ser.

Deixo o apelo, creio que não belisca a posição do PSD, de votar favoravelmente este primeiro ponto juntamente com o segundo, mas fica à vossa consideração” -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo: “Nós temos que ser coerentes com aquilo que já fizemos nesta Assembleia. E, nesta Assembleia, já nos pronunciámos favoravelmente, à criação ou divisão da Freguesia do Ourondo e a manutenção, com base num Projecto-Lei do PCP que já foi levado a esta Assembleia Municipal.

Presumir que desse ponto, ou dessa votação, se possa estropear por todos os outros, é errado. Quer de uma maneira quer da outra. Daí que eu esteja de acordo com a criação da Comissão, mas não posso estar de acordo é com a outra parte em que teríamos de estar todos contra esta revisão ou esta organização administrativa.

Agradeço essa disponibilidade para a votação em separado. E, concordando, nessa perspectiva votaremos a favor da criação da Comissão de avaliação. A segunda só fará sentido se for de acordo com o resultado dessa Comissão.

E, se alterarem o texto nesse sentido votaremos globalmente, não sendo não poderemos votar favoravelmente, como é óbvio.” -----

--- O Senhor Cesar Craveiro (Casegas e Ourondo): “eu não tenho a menor dúvida em votar favoravelmente a proposta que traz o PCP, mas é só para lhes dizer que nós estamos a fazer o trabalho de casa.” **(doc.06)**. -----

--- O Senhor Eng.º João Nuno Serra: “eu agradeço a disponibilidade, obviamente, do PCP relativamente à separação dos pontos da Moção e pedia-lhe que o mantivesse, porque na verdade a questão da Comissão é para nós um tema de princípio, porque nós não somos favoráveis a Comissões que do ponto de vista de valor acrescentado nada vão trazer e por outro lado entendemos que esvaziam os Órgãos Eleitos no Concelho, nomeadamente Assembleias de Freguesia e as Juntas de Freguesia que aqui sempre nos manifestaram as dificuldades sentidas e portanto o diagnóstico está feito.” -----

--- O Senhor Dr. Jorge Fael: “Nós aceitamos separar os pontos.” -----

--- O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o ponto n.º1 da Moção que foi **aprovado por maioria com 39 votos a favor (PS, MAC, PCP e Independentes) e 3 votos contra (PSD)**. -----

Foi feita Declaração de Voto

- Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “Pese embora o Governo da República, que actualmente nos Governa, já tenha manifestado a intenção de abrir o processo de revisão nesta matéria, naturalmente que o Partido Socialista, nomeadamente o Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã, desde sempre manifestou a sua posição, em relação a este assunto, que vai muito ao encontro daquilo que é o conteúdo e as pretensões desta Moção, pelo que votamos favoravelmente a mesma.” -----

--- O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o ponto n.º2 da Moção que foi **aprovado por maioria com 40 votos a favor (PS, PSD, PCP e Independentes) e 2 votos contra (MAC)**. -----

Foi feita Declaração de Voto

- Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro - o mesmo teor da Declaração feita no ponto n.º1. -----

- Senhor Dr. João Bernardo: “Voto contra pois não esta acautelado o relacionamento directo entre os resultados da avaliação deliberada anteriormente e o que se propõe na reposição de freguesias, sem especificação.” -----

- Senhor Prof. Doutor João Correia: “também tenho algumas reservas em relação à questão da reposição das Freguesias, mas penso que isso não é razão suficiente para votar contra, nem sequer me abster, porque o princípio em si me parece correcto.” -----

--- O Senhor Prof. Doutor João Correia: “eu pensei ainda em reservar algumas das questões que vou formular hoje para o período de perguntas ao Senhor Presidente da Câmara. Mas receio que, de facto, não venha encontrar as respostas que desejo.

Pelo que, indo directamente ao assunto, como eu dizia – este é apenas um discurso de despedida; é um discurso de desvinculação; é um discurso de alguma desilusão; é um discurso de reconhecimento do desfasamento entre um projecto e um programa que eu próprio redigi e que efectivamente não foi concretizado, nem em sucessivos orçamentos, apesar das múltiplas expectativas.

Eu acho que há um tempo para tudo.

Há um tempo para ter esperança e há um tempo para manter a tranquilidade.

Ninguém está desesperado!

Isto é, a ausência de esperança, não se traduz em desesperança, traduz-se apenas em intranquilidade.

Isto é, esta maioria está fundada numa aliança que não é, não foi discutida, votada, nem fundamentada em nenhum Órgão Estatutário do Partido Socialista.

E, portanto, numa aliança entre duas personalidades políticas estimáveis, em relação às quais não tenho a mais pequena crítica a fazer no decorrer da minha vida pessoal, mas que efectivamente hoje nem uma nem outra representam os Partidos Políticos que originaram a sua presença aqui. Uma não representa porque o acordo de incidência governativa não foi discutido, outra porque o acordo de incidência governativa foi rompido.

Por outro lado parece-me que... eu compreendo as dificuldades do Presidente da Câmara, não julgue que não compreendo, não pense que muitas vezes não lutei comigo próprio em relação à necessidade de manter uma certa reserva relativamente a questões que têm a ver com a própria estabilidade Camarária, mas acho que há um momento para dizer basta e para clarificar as nossas posições e esse momento chegou. E, portanto, desejo-lhe a melhor sorte; desejo que consiga no próximo ano fazer um aproveitamento dos Fundos Comunitários e tenha uma capacidade de apresentar projectos e tenha uma capacidade de ressuscitar sonhos para a Região e para a Covilhã que, efectivamente, em três anos de Mandato, obviamente faltou, politicamente falando claro, a esta Câmara e ao seu Líder. Muito obrigado” -----

--- A Senhora Dra. Diana Louro apresentou uma Moção pela Defesa do Trabalho efectuado pelo Ensino Particular Cooperativo (**doc.07**). -----

--- O Senhor Eng.º João Nuno Serra: “O PSD está a favor da Moção. De resto, como sabem, o PSD tem um entendimento sobre o ensino e sobre as escolas em Portugal, de forma que a gestão das escolas não se esgota na gestão pública. E, portanto, a coexistência do sector privado na educação deve existir e é salutar. Por outro lado, esta Moção toca num aspecto que me parece relevante e que o PS e a Esquerda de resto sempre contestaram, que é um bocado o efeito retroactivo das decisões. E, na verdade, esta decisão tem um efeito, se quisermos, indirecto retroactivo naquilo que foi uma decisão do concurso lançado em 2015 – que se deixe levar até 2018 o que foi decidido pelo Governo anterior. E, portanto, que não se corte abruptamente essa decisão, induzindo a esta retroactividade, que é uma coisa que todos nós não queremos, que a Esquerda sempre contestou, e que de resto leva a que o investimento possa desaparecer no nosso País.” -----

--- O Senhor Dr. Pina Simão: “antes do mais gostava de pedir alguns esclarecimentos aos proponentes da Moção: 1.º é se o que se pretende com a Moção é a defesa do *decour* do Ensino Particular e Cooperativo ou se é a defesa de determinada Instituição no nosso Concelho, que é uma Instituição de Ensino Particular?

2.º Tem a ver com o facto de estarmos na presença de uma Moção e, no fim da mesma, na conclusão da mesma se pedir uma deliberação? Gostava de ser esclarecido relativamente a estas duas questões.” -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo: “Apenas aparece uma Instituição de Ensino, no Concelho, porque é a única que está abrangida pelos contratos de associação a nível Concelhio. E, portanto, fazendo a ponte entre o Ensino Cooperativo e o Ensino com contrato de Associação, que é aquilo que está em causa neste momento, obviamente que não podemos fazer referências a outras, quando não estão abrangidas por esse tipo de contrato. No que diz respeito à questão da Deliberação é só deliberar a aprovação da Moção.” -----

--- O Senhor Dr. Jorge Fael: “Nós não vamos votar favoravelmente esta Moção. Aliás, ela, sub-repticiamente, tem implicitamente como pano de fundo o mito da liberdade de escolha. Sendo que, para nós, o princípio da liberdade de escolha é fundamental, no caso concreto, desde que quem escolher pague.

O financiamento do Ensino Privado, para nós, só faz sentido quando não há resposta da Rede Pública, o que no caso vertente não é assim. Foi no passado, quando a Escola Pública - por razões que todos nós conhecemos - não cobria as necessidades e ainda não cobre e por isso existem ainda Contratos de Associação, mas foi assim no passado, mas é cada vez menos no futuro.

A defesa da Escola Privada - o CDS é um feroz defensor da Escola Privada, isso é sabido - mas aquilo que está aqui em causa é o cumprimento da Lei, por parte do Ministério da Educação, nada mais do que isso. Porque aquilo que o Governo PSD, CDS-PP fez, foi financiar os colégios privados à *tripa forra*, aliás alterou o estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, justamente para isso, para destruir a Escola Pública e promover a Escola Privada. À custa de quem e de quê? Dos dinheiros públicos! Neste momento, o que o Governo está a fazer é: existem contratos de associação com colégios privados, nessa área de influência existe ou não resposta da Rede Pública? Existe!

Os Colégios Privados estão a cumprir os contratos de associação, que assinaram com o Ministério, ou não estão? Porque em muitos casos não estão. É sabido que não estão. E aquilo que o Ministério está a fazer é exigir o cumprimento da Lei.

Aliás, esta preocupação depois com os postos de trabalho, que é legítima. Mas é preciso ter em conta que há aqui alguma hipocrisia à mistura, porque aqueles que defendem os postos de trabalho nada disseram relativamente à destruição de postos de trabalho na Escola Pública - 37 mil postos de trabalho, na Escola Pública, que foram liquidados. Os Senhores alguma vez levantaram a voz? Não, porque foram os autores materiais dessa destruição. Para quê? Para favorecer mais uma vez a Escola Privada!

Mas os Senhores também nada disseram e nada dizem à destruição, neste momento, de postos de trabalho nos colégios privados, porque são os próprios operadores privados que estão a destruir postos de trabalho nos colégios. Sabe como? Com o aumento do horário de trabalho dos Professores, assinaram um novo contrato colectivo de trabalho que levou, pura e simplesmente, ao despedimento de centenas de Professores, nos Colégios Privados. Os Senhores já alguma vez levantaram a voz relativamente a isso? Não! Isso é uma realidade que vos passa ao lado.

Os Senhores são porta-vozes da Escola Privada, do *lobby* da Escola Privada – nós sabemos que é uma área de negócio muito apetecível – e, neste momento, a estratégia política que está em curso é outra e isso incomoda-vos profundamente.

O Externato não está em causa, tem é que cumprir o Contrato de Associação que tem. E tem que, se calhar, começar a viver pelos seus próprios meios. E, portanto, quem quer Escola Privada tem de a pagar, esse é um dever que está associado à liberdade de escolha e isso para nós é fundamental.”

--- O Senhor Dr. David Silva (Tortosendo): “Devo dizer, desde já, que votarei favoravelmente esta Moção. Se os signatários não se importarem, enquanto Presidente da Junta de Freguesia do Tortosendo, serei o primeiro a subscrever esta Moção e atento ao ponto n.º 2 da Moção onde se está a votar um voto de solidariedade para toda a Comunidade Educativa do Externato de Nossa Senhora dos Remédios. Tirarei as devidas ilações por um voto contra que haja nesta Assembleia Municipal.” -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo: “não posso deixar de fazer uma interpolação à Mesa, perante uma proposta de Moção admitem-se pedidos de esclarecimentos, várias situações, o que não se admite são intervenções políticas. E aquilo que eu deduzi, ou presumi que houve, da parte do Senhor Membro da Assembleia Jorge Fael, foi uma intervenção política. Eu agradeço à Mesa da Assembleia que esclareça se existem, ou não, intervenções políticas numa Moção.” -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou o Senhor Deputado Municipal de que não há intervenções políticas. “O que foi pedido foi uma discussão da Proposta.” -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “Tenho um pedido de esclarecimento a fazer que vem na sequência um pouco daquilo que já foi utilizado na Moção anterior. Genericamente e do ponto de vista ideológico, o Partido Socialista identifica-se e muito com aquilo que foi a posição manifestada pelo Partido Comunista Português, nesta Assembleia, em relação à dicotomia Ensino Público/ Ensino Privado. Pese embora – e é esta ressalva que eu quero fazer - que estamos perfeitamente solidários e compreendemos e reconhecemos aquilo que é a importância actual e histórica do Externato do Tortosendo. Solicitamos por isso aos subscritores da Moção a possibilidade, e à semelhança daquilo que aconteceu anteriormente, de separarmos estes pontos. Nós votamos favoravelmente o voto de solidariedade para com a Comunidade Educativa do Externato de Nossa Senhora dos Remédios, e estaremos contra, evidentemente, aquilo que é esta discussão que nos separa do ponto de vista ideológico, nomeadamente a interpretação e a leitura do Ensino Privado e do Ensino Público.” -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo: “Foi-me pedido se apresentava, ou não, a Moção em separado. E, aquilo que me permito é que, há votos que são coerentes e são alternativos e há outros que são subsidiários. E, nestes, aquilo que eu entendo é que a solidariedade expressa-se com o voto de que as coisas se mantenham ao nível dos concursos públicos, que foram celebrados. E, portanto, seria uma incoerência total colocá-la em separado, na medida em que ou há solidariedade e se mantêm os financiamentos e os pressupostos, que já foram celebrados, ou não há solidariedade e se vota contra essa situação. Pode haver as declarações de voto que quiserem, mas a Moção tem que ser votada em conjunto.” -----

--- Colocada a Moção à votação, foi a mesma **aprovada por maioria com 20 votos a favor (MAC, PSD e Independentes), 14 votos contra (PS e PCP) e 1 abstenção (Presidente da União de Freguesias de Casegas e Ourondo)**. -----

Foi feita Declaração de Voto:

- Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “Em nome da Bancada do Partido Socialista, justificar o voto contra nesta Moção na medida em que entendemos - de acordo com aquilo que é o programa político, a concessão ideologia e modelo da Sociedade que defendemos no Partido Socialista - a prevalência do Ensino Público universal e tendencialmente gratuito e da concretização daquilo que são os preceitos constitucionais relativamente à Educação.

Reconhecendo, sim, a importância do Ensino Privado como complemento àquilo que são as condições oferecidas pelo Ensino Público e como alternativa de escolha para quem assim o entenda. Pese embora esta situação, manifestamos a nossa solidariedade e reconhecemos aquilo que é a importância presente e histórica da instituição Externato de Nossa Senhora dos Remédios no Tortosendo, que acreditamos que vai continuar a prestar um serviço de excelência à nossa Comunidade.”-----

- Senhor Prof. Doutor João Correia: “Eu penso que às vezes ganha-se um bocado de tranquilidade, relativamente a estas coisas, quando nos distanciamos.

A apresentação disto, desta forma, pode funcionar um pouco como se fosse uma espécie de jogo de arremesso político.

Estou perfeitamente sensível (de vez em quando coincido com o Eng.º Hélio Fazendeiro, não é por acaso que pertencemos à mesma família política) e, neste caso concreto subscreveria a ideia. Não posso deixar de reconhecer a realidade daquele Colégio e preocupar-me com ela.

Agora, provavelmente isto não ser apresentado a seco e dar origem a uma conversa mais produtiva, que permitisse um outro tipo de abordagem menos dicotómica, se calhar obrigava a um esforço da parte e do outro que estragava o jogo de pingue-pongue entre as Bancadas.”-----

- Senhor Dr. Jorge Fael: “Nós votámos contra pelas seguintes razões: não está em causa o contrato de associação, o que está em causa é uma decisão do Ministério da Educação de cumprimento do contrato de associação; para o PCP o financiamento do Ensino Privado faz sentido quando a resposta Pública não existe e quando a resposta Pública não cobre as necessidades da População Estudantil. No nosso caso não é assim! Há resposta mais do que suficiente na Rede Pública, no Concelho, para cobrir todas as necessidades da População Estudantil.

Não está em causa, como nunca esteve, a solidariedade com os Trabalhadores daquele Colégio. Quem põe em causa o posto de trabalho, quem tem posto em causa o posto de trabalho, de muitos daqueles trabalhadores, são os próprios operadores privados quando celebraram um contrato colectivo de trabalho que impôs o aumento do horário de trabalho. Naturalmente isso significa menos postos de trabalho e votámos contra por estas razões.”-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia: “quero por à consideração da Assembleia o seguinte: estamos a gastar demasiado tempo no Período Antes da Ordem do Dia, já gastámos mais meia hora do que o previsto no nosso Regimento. Eu, há pouco, pedi contensão nas apresentações e nas intervenções, neste período, mas não surtiu efeito. De modo que... claro que a Mesa pode dizer: a partir deste momento não há mais intervenções, porque se esgotou o tempo. Eu não o queria fazer, como é evidente, mas de qualquer forma não vamos dar mais de 2 minutos para as intervenções seguintes. Eu peço um período de contensão, ou então, se não é urgente intervirem, agradeço que prescindam da intervenção, para minimamente respeitarmos o Regimento desta Assembleia.”-----

--- O Senhor Rui Amaro (Peso e Vales do Rio): “foi feito um bom trabalho por parte da Câmara Municipal com a criação das ARUS nas Freguesias Rurais e na Cidade.

Senhor Presidente, no dia 25 de Abril, anunciou um pacote financeiro para intervenções no Centro Histórico da Cidade fico contente e dou-lhe os parabéns pelo facto. No entanto, é com muita tristeza minha e dos meus Concidãos - aprovado ontem em Assembleia de Freguesia - que aqui tenho que vir hoje questionar o Senhor Presidente e alertar que nas Freguesias também existem Centros Históricos que precisam de ser intervencionados. Solicito, assim, que seja feito um pacote de ajudas para se poderem intervencionar estes Centros Históricos das Freguesias. Como exemplo dou o que está a ser feito num Concelho vizinho, o Fundão, onde foi criado um programa para as recuperações de fachadas, telhados e janelas nos Centros Históricos da Cidade e das Freguesias.

Quero ainda questionar sobre o estado da estrada Municipal 513, e aproveito para dar os parabéns pela inauguração da requalificação da estrada Municipal 512, para quando uma intervenção de fundo, dado que os buracos estão, por enquanto, tapados mas não é a solução? aguardo que o Senhor Presidente reveja esta situação para que assim, nas Freguesias, se resolvam problemas que se arrastam há vários anos e são de grande importância para nós.

Quero ainda, aqui, dar os parabéns ao Mega Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto pelos resultados obtidos na avaliação externa, efectuada pela Inspeção-Geral da Educação Centro, tendo obtido a classificação de bom.” -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo: “Três questões para o Senhor Presidente de Câmara e começar por felicitar por aquilo que aconteceu o ano passado - que foi uma excelente iniciativa do Município, bem conseguida - que foi a iniciativa de conhecer o Concelho, que teve a adesão de várias centenas de crianças em que se deslocaram a vários pontos remotos do nosso Concelho, que não conheciam, o meu filho foi um deles e adorou a visita. E, de facto, perguntar até ao momento não houve notícias de que este ano se desenvolvesse tal iniciativa. E, pergunto se - já estamos no último período do ano escolar - a Câmara ainda tem previsto fazer alguma coisa este ano escolar, ou se como nos está a habituar seja apenas para 2017 como tudo o resto?

Perguntar também, apesar das contas serem noutra lado, duas questões: obrigações do Município, no que diz respeito aos cheques de Natal de 2015 e também se questiona se já foram pagos, ou não? Sobre a questão das refeições escolares, nomeadamente das Juntas de Freguesia, que estão suportadas pela Junta de Freguesia, se já foram ou não liquidadas?

Pergunto-lhe, também, porque achei estranho que os protocolos da Câmara sejam celebrados pela Câmara e depois peçam aos outros para serem cumpridos, nomeadamente no que diz respeito à Cultura. E peço-lhe para dizer se é, ou não, verdade que o protocolo entre o Teatro das Beiras foi, ou não, celebrado com a Câmara da Covilhã e se não é a Câmara Municipal da Covilhã que tem que assumir e fazer e pagar custos das actuações que são, ou iriam ser, feitas nas Freguesias?” -----

--- A Senhora Eng.^a Catarina Mendes fez uma intervenção sobre o Relatório Anual de Actividades da CPCJ (**doc.08**). -----

--- A Senhora Dra. Carla Marisa apresentou uma Moção sobre o 1.º de Maio e a precariedade laboral (**doc.09**). -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro referiu que subscrevem e se revêem totalmente na Moção apresentada, pelo que vão votar favoravelmente. Mas dada a importância do tema que, lhes parece que, onde está mencionado “saudamos as Celebrações da CGTP” deveria estar “saudar todas as Instituições que celebram o 1.º de Maio e que celebram o Dia do Trabalhador.” -----

--- O Senhor Francisco Moreira referiu que “era nossa vontade votar favoravelmente, pelas questões que estão em causa. Agora, a carga ideológica que leva, inclusive, ao afastamento de uma Central Sindical” leva o PSD a abster-se, mas afirmou que “o PSD saúda os Trabalhadores e saúda o 1.º de Maio.” -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo referiu que não lhe é possível votar favoravelmente, na medida em que está de acordo com a celebração do 1.º de Maio e com a defesa dos Direitos dos Trabalhadores, mas está contra a sindicalização e a exclusão de outras Entidades Sindicais. E concluiu dizendo: “que me parece que se torna redutor e se torna partidizar uma coisa que não é partidizável”. -----

--- Colocada a Moção à votação, foi a mesma **aprovada por maioria com 29 votos a favor (PS, PCP e Independentes) e 13 abstenções (MAC, PSD e Independentes)**. -----

Foi feita Declaração de Voto:

- Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “A Bancada do Partido Socialista vota favoravelmente, porque reconhece a importância do 1.º de Maio, das Celebrações do 1.º de Maio e de todas as Campanhas de precariedade que sejam feitas em prol da estabilidade profissional e das condições dos Trabalhadores. Entendemos que poderia ter sido mais abrangente no sentido de não particularizar nenhuma campanha, pese embora essa situação o Partido Socialista associa-se e vota favoravelmente esta Moção.” -----

- Senhor Dr. João Bernardo: “Não me é possível votar favoravelmente atenta a manifesta sindicalização da moção e dos seus apresentantes, o que, em meu entender, não é admissível nem desejável, num órgão político e partidário como é o nosso caso.” -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro propôs a aprovação de uma Moção de Saudação ao trabalho desenvolvido pela CPCJ e aos Membros que a constituem, com o seguinte teor:

“Como verificámos, têm um trabalho extraordinário feito. Aliás, a mim, parece-me que faria todo o sentido que, este Relatório estivesse incluído na Ordem de Trabalhos.

Quero destacar o trabalho profícuo, voluntarioso, de grande generosidade, que é feito por estas pessoas na CPCJ, que eu acho que devemos valorizar com uma Moção de Saudação, nesta Assembleia. E que, no meu ponto de vista pessoal, caberá naquilo que é a economia do debate da nossa Assembleia. Eu acho que é um tema suficientemente digno e importante para que conste na Ordem de Trabalhos de uma Assembleia Municipal.” -----

--- Colocada a Moção de Saudação à votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

Foi feita Declaração de Voto:

- Senhor Dr. Jorge Fael: “A Bancada do PCP está plenamente de acordo com esta Moção de Saudação e concorda com a proposta que foi feita no sentido de incluir, para o futuro, este relatório numa Ordem de Trabalhos ou, eventualmente, a realização de uma Sessão da Assembleia Municipal temática para debater esta problemática. Aliás, já tinha sido uma proposta nossa, no passado, e fazemo-la novamente. Creio que é um tema demasiado importante e que devia ter o tempo necessário para o debate, devíamos poder ouvir mais técnicos e devíamos poder dar contributos, relativamente a esta matéria. Por exemplo, o aumento de número de casos de violência doméstica que aqui foi transmitido. É preciso perceber se a Autarquia tem, ou não, uma estratégia de combate à violência doméstica, tendo em conta a “explosão” do número de casos que se verificou e que atinge de sobremaneira as crianças. E, por isso fica este apelo.” -----

- Senhor Francisco Moreira: “Nós, no PSD, estamos de acordo com a Moção. Entendemos que esta é uma matéria de relevante importância para a sociedade, do nosso Concelho, em geral. Entendemos que é uma matéria que devia ser objecto de tratamento oportuno numa Sessão temática, estamos de acordo com a sugestão que foi feita. Aliás, aquando da revisão do Regimento foi uma das situações que nos preocupou. É que determinados temas específicos poderiam e deveriam ter tratamento específico em Sessões convocadas para o efeito e este é um assunto que nos deve preocupar, estamos a falar de crianças e jovens em risco, estamos a falar de questões de natureza de distúrbios familiares e creio que é uma matéria que nos deve levar, a todos nós, a reflectir sobre este assunto.

E, por último, felicitar a CPCJ por trazer este trabalho e nos dar a conhecer, em pormenor, tudo aquilo que tem sido feito em prol das crianças e jovens em risco e, em geral de todas as famílias do nosso Concelho.” -----

- Senhor Dr. David Silva (Tortosendo): “Votei favoravelmente - e oportunamente o Deputado Hélio Fazendeiro trouxe aqui este assunto - porque é positivo dar os nossos parabéns à CPCJ. Aliás, um trabalho que já vinha do passado. Este trabalho, se não me falha a memória, foi já apresentado e lembrei-me disso ao olhar para o anterior Vereador com o Pelouro da CPCJ. Parabéns à CPCJ!” -----

- Senhor Dr. João Bernardo: “Associando-me à Moção e Declarações de Voto que me antecederam, congratulo a CPCJ e os seus Membros, pelo esforço e empenho pessoal que dedicam nesta causa e com estes resultados. O meu muito obrigado.” -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “Retomando a minha intervenção e procurando ser muito sucinto, não podia deixar de trazer aqui dois ou três apontamentos que me parecem de elementar justiça dada a Assembleia Municipal em causa. Começo por dar os parabéns à Câmara Municipal pelo programa das Comemorações do 25 de Abril e a toda a Comunidade Covilhanense. O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no seu discurso da Sessão Solene do 25 de Abril, destacou com toda a pertinência, do meu ponto de vista e da Bancada do Partido Socialista, a importante capacidade de mobilização e de organização da sociedade Covilhanense, através das Associações, Colectividades, ou mesmo de grupos informais que nos deve todos orgulhar.

Não podia deixar de destacar também a inauguração da Estrada da Solidariedade, a Estrada Municipal 512 que liga o Ourondo a S. Jorge da Beira, que melhora sem duvida a qualidade de vida daquelas Populações e que foi feito num contexto de grande precariedade de investimento, de grande dificuldade financeira, e só com fundos próprios desta Câmara Municipal. E, portanto, Senhor Presidente, quero-lhe dizer em nome da Bancada do Partido Socialista que saudamos estas iniciativas, bem como as outras iniciativas de inauguração que fizeram parte deste Programa do 25 de Abril.

Por último, não podia deixar de tecer aqui algumas considerações em relação a alguns Deputados, nomeadamente o Senhor Deputado Paulo Tourais, que fala na ética, na moral e na legitimidade do Senhor Deputado Municipal José Miguel Oliveira por estar a exercer este cargo. Senhor Deputado, relembro-o que o Senhor foi Chefe de Gabinete do Presidente do anterior Executivo e simultaneamente Vereador, para além de ter estado dois anos numa Instituição da Cidade como Presidente sem tomar posse.” -----

--- O Senhor Dr. Paulo Tourais: “Oh Senhor Presidente é uma informação falsa que o Senhor Deputado está aqui a trazer. Eu nunca fui Vereador e Chefe de Gabinete.” -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “Senhor Deputado não se prenda nisso. O que eu lhe quero dizer olhos nos olhos é que não lhe reconheço ética e moral para questionar a legitimidade do Deputado José Miguel Oliveira nesta Assembleia, porque os votos que o elegeram a ele são os mesmos que o elegeram a si e que me elegeram a mim e que nos elegeram a todos nós. Portanto, parece-me no mínimo de mau tom vir a esta Assembleia colocar em causa a legitimidade individual de cada um de nós para estar nesta Assembleia.

Quero terminar a minha intervenção dando destaque à visita do Senhor Secretário de Estado, João Vasconcelos, ao PARKURBIS. Por muito que custe a alguns ouvir, a PARKURBIS tem hoje o maior número de Empresas que alguma vez teve. A PARKURBIS tem hoje o maior número de postos de trabalhos que alguma vez teve. O emprego no Concelho da Covilhã está a diminuir. O Concelho da Covilhã é de toda a Região o Concelho com mais actividade económica! Sei que os Senhores Deputados têm dificuldade em aceitar isto, podem não gostar, mas o facto é que os números estão aí.

O Senhor Secretário de Estado, João Vasconcelos, com o Senhor Presidente, na visita que fez à PARKURBIS não só destacou o que acabei de vos transmitir, como destacou o trabalho que estava a ser desenvolvido e a capacidade que este Município tem tido em dotar o nosso Concelho das condições necessárias para apanharmos o comboio da chamada 4.ª Revolução Industrial.

Senhor Presidente, quero dizer-lhe, em nome da Bancada do Partido Socialista, que o saudamos e saudamos o trabalho que este Município está a fazer neste domínio. Como já foi dito também por V. Exa, a questão geográfica não é uma limitação, e a Covilhã tem todas as condições para abraçar o desafio da 4.ª Revolução Industrial com sucesso.” -----

--- O Senhor Dr. Paulo Tourais: “A minha legitimidade enquanto Deputado, para questionar aquilo que quer que seja, é igual à sua. A única diferença que existe entre nós os dois é que, de facto, eu de manhã não estou a apelar ou a puxar pela marcha do Senhor Presidente da Câmara e à tarde estou aqui a aplaudi-lo, como foi agora mesmo o seu caso. Portanto, o Senhor organizou as manifestações do 25 de Abril e à tarde vem aqui enaltecer-se pelo seu excelente desempenho, que já agora aproveito para lhe dizer que realmente foram umas boas manifestações, naquilo que é a minha apreciação.

Depois, em relação ao PARKURBIS, já agora aproveitava só para lhe perguntar se me sabe informar quantas Empresas, dessas todas que fala, se encontram em incubação virtual? Muito obrigado!” ---

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “Senhor Deputado, agradeço desde logo a identificação das nossas diferenças, porque efectivamente há muitas coisas que nos distinguem. Agradeço, contudo, as palavras simpáticas que teve para com as celebrações do 25 de Abril.

Quero salientar que não coloquei em causa a sua legitimidade, o Senhor é que insiste em erradamente colocar a legitimidade em causa, nomeadamente a minha legitimidade enquanto Deputado Municipal e a do Eng.º José Miguel, o que não é admissível, nem aceitável.” -----

- O Senhor Dr. Paulo Tourais: “não respondeu a tudo.” -----

- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “eu recomendaria Senhor Deputado que faça aquilo que o Regimento nos permite, enderece um requerimento, dirija através da Vereação ou através dos Senhores Deputados Municipais o pedido de informação à Câmara Municipal.” -----

- O Senhor Dr. Paulo Tourais: “Já percebi! Vou fazê-lo.” -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo: “Eu queria questionar o Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro se é impressão minha, ou se ouvi mal, ou se ele ainda é Administrador da PARKURBIS? Perante a sua ausência de resposta pergunto.” -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “O Senhor deputado, que ainda por cima é advogado, sabe que estou aqui na qualidade de Deputado Municipal e não na qualidade de Administrador não Executivo da PARKURBIS. Portanto, limito-me a cumprir o meu papel de Deputado. Sendo Administrador não Executivo da PARKURBIS apenas respondo perante o Conselho de Administração que por sua vez responde perante a Câmara Municipal.” -----

--- O Senhor Sílvio Dias (Peraboa): “Querida felicitar o Executivo da Câmara Municipal da Covilhã, derivado ao trabalho que foi feito nos Caminhos de Santiago que passam, no Concelho da Covilhã, entre a Freguesia do Ferro e de Peraboa. Criaram uns laços de relação e interactividade entre o Ferro e Peraboa que é uma coisa que já não existia, se calhar, há alguns anos.

E saudar, também, a forma como o Senhor Presidente do Ferro tem liderado esta situação, juntamente comigo que Presido a Freguesia de Peraboa.

Queria apenas lembrar que há uma grande problemática que nos está a afectar, à Junta de Freguesia de Peraboa, Ferro e Boidobra, que é a Estrada Municipal 506, como já foi falado não vou voltar a batalhar na mesma tecla, acredito que em breve esta Estrada será requalificada.

Esta Estrada está no estado em que está, uma estrada agrícola, derivado ao trabalho que foi feito 15 dias antes das Eleições. É necessário haver esta reformulação de ideias, porque esta estrada já poderia estar mais do que requalificada. Aquele trabalho que foi feito 15 dias antes das Eleições, esse sim, foi um processo para o Eleitorado.

Senhor Presidente da Câmara todos os Habitantes de Peraboa, tal como os do Ferro e da Boidobra continuam a aguardar que esta estrada seja requalificada. Todos os anos, desde que o Museu do Queijo existe, vai celebrar o 5.º aniversário dia 8 de Maio, esta promessa foi feita em todos os aniversários. Portanto, as pessoas estão defraudadas com toda a política que foi utilizada nesse sentido. Muito obrigado!" -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia: "Vamos passar para o ponto 2.1, mas antes de passarmos eu apelava, mais uma vez, aos Senhores Deputados -nós gastámos duas horas e meia num ponto que deveria durar sessenta minutos, claro que a responsabilidade é do Presidente da Mesa, como é evidente, que lhes devia ter tirado a palavra. Eu acho que tirar a palavra, em algumas circunstâncias, não é bom, porque não ficamos esclarecidos – e peço contenção nas intervenções que fazem e fazerem-nas de uma forma mais sintética e prescindirem para os pontos adequados de outras intervenções. Eu acho que não ganhamos nada em gastar duas horas e meia num ponto que devia durar sessenta minutos.

Aliás, viu-se o que se passou aqui durante estas duas horas e meia. Houve intervenções de fundo, que não se podem cortar, como é evidente, não faz sentido, temos que ser tolerantes para algumas intervenções, mas também temos que ter alguma responsabilidade por aquilo que estamos a dizer. Eu peço, para as próximas reuniões, alguma contenção neste período Antes da Ordem do Dia, ou então teremos que começar a exercer o que diz o nosso Regimento, de uma forma rígida que acho que todos ficaremos a perder com isso, porque há intervenções nas quais devemos ter alguma tolerância, para bem de todos e para bem da Comunidade." -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente a informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, que faz parte integrante da presente acta, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor Dr. Jorge Fael: “são questões breves, algumas delas já aqui colocadas mas que reitero. - Há uma diferença substancial relativamente ao passado, isso é inegável, é inequívoco e ainda bem. O 25 de Abril não tem donos, mas na Covilhã o 25 de Abril tinha um dono que se chamava Carlos Pinto. E, portanto, não havia Comemorações do 25 de Abril, ou então quando havia era aquilo que a gente sabia. Portanto há uma diferença substancial, mas a diferença podia ser maior, e a pergunta que lhe dirijo é porque é que não foi constituída a Comissão das Comemorações do 25 de Abril?

- O Senhor Presidente diz agora que, relativamente à precariedade das Assistentes Operacionais, nos Jardins de Infância e nas Escolas do 1.º Ciclo, vai resolver o problema. Para isso vai ter de abrir procedimentos concursais, como é evidente, espero que o faça, mas podia ter andado de mais depressa se, por exemplo, tivesse constituído bolsas de reserva de recrutamento. Isso encurtava substancialmente o processo e creio que é mais do que justo resolver o problema destas trabalhadoras.

Há, por exemplo, uma trabalhadora que está há 18 anos a recibos verdes, Senhor Presidente. Esta situação é inaceitável, é imoral, é completamente inaceitável, penaliza a dignidade de qualquer trabalhadora, a sua liberdade está em causa quando o seu vínculo é precário e está sujeito a uma condição de minoridade, porque é efectivamente isso que acontece;

- Trabalhadores da PARQ C - continuo a não perceber porque é que o problema destes trabalhadores não foi resolvido. E, tivemos que andar a chamar trabalhadores que estavam nos Cemitérios, que provavelmente fazem falta, para irem tomar conta do silo-auto e do estacionamento à superfície. Sinceramente não percebo esta gestão de pessoal e não percebo o argumento da Câmara para não ter resolvido o problema destes trabalhadores. Nós alertamos, várias vezes, em intervenções aqui produzidas que os direitos destes trabalhadores, o seu posto de trabalho tinha que ser acautelado e eu acho que a Câmara não fez tudo o que estava ao seu alcance. Esta é a nossa opinião.” -----

--- O Senhor Dr. Paulo Tourais: “eu gostava de questionar o Senhor Presidente da Câmara, uma vez que estive, há dias, na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias Covilhã Canhoso e foi-me ali dado a conhecer que o sistema de semaforização do cruzamento junto ao Restaurante Tomás, no Canhoso - que é uma questão que eu, em termos de Assembleia de Freguesia, já recorrentemente venho colocando, uma vez que naquela importante e movimentada artéria do Canhoso são inúmeros os constrangimentos causados por aquele semáforo - foi-me dito pelo Senhor Presidente da União de Freguesias da Covilhã Canhoso, que recorde substituiu o Senhor Carlos Martins que era o seu Vice-Presidente e para quem esta substituição desta obra foi também uma promessa Eleitoral, que esta obra tem um custo de 13 mil euros, que é o valor que diz respeito à substituição daqueles semáforos ineficientes por um conjunto de semáforos que regulem o trânsito naquela artéria. Pergunto-lhe:

- Para quando prevê V. Exa a substituição deste equipamento obsoleto?

- Tendo V. Exa orçamentado, desde 2013, no Orçamento Municipal a construção de ciclovias no Concelho e já também frequentemente lhe coloquei aqui esta questão, em oportunidades anteriores e nunca obtive resposta, pergunto-lhe Senhor Presidente e face ao plano de mobilidade que há dias apresentou, quando prevê o início da construção da ciclovia da Ponte Pedrinha - Ferro - Peraboa, cujos terrenos são pertença da Câmara Municipal e cujo projecto está nela depositado? E, aproveitando a boleia das palavras do Senhor Presidente da Junta de Peraboa, questiono-o também para quando prevê o início da requalificação da Estrada Municipal 506 e 506-1, no troço

Ferro-Peraboa – que, lhe relembro, foi durante a Campanha Eleitoral uma promessa sua à qual conferia prioridade absoluta?

Finalizo congratulando-me com a finalização das obras da Estrada Municipal, que a semana passada foi inaugurada. Não podendo deixar, todavia, de referir aqui o trabalho difícil e árduo que foi feito pelo Regimento de Infantaria, nomeadamente no desmonte da serrania e do alargamento da plataforma daquela Estrada. Por isso, também, queria dar uma palavra de agradecimento àqueles que o antecederam. Muito obrigado!” -----

--- O Senhor Dr. Pina Simão: “Depois de tanta maledicência, tanta crítica, muitas vezes gratuita e injusta, eu continuo nas coisas boas.

Senhor Presidente, face aquilo que eu tenho na memória que são só coisas boas, ultimamente só têm acontecido aqui na Cidade e no Concelho coisas boas.

Foi esta manifestação Popular, incrível, das Comemorações do 25 de Abril - já há muito tempo que eu não via tanta gente na Praça do Município;

Foi qualquer coisa que mudou de substancial, na vida das pessoas, para permitir que elas viessem para a rua comemorar esta data tão importante no nosso País;

Foi, também, a inauguração do Jardim na Erada - que também teve uma adesão popular incrível;

E, deixo esta para último porque esta é do coração, foi inauguração da estrada que liga a nossa Cidade à ponta sul do Concelho, a Estrada 512 - com muita gente, com muita adesão popular, uma estrada especialmente querida por V. Exa e por mim também e, penso que, por todos que estão nesta Assembleia.

Pergunto-lhe, Senhor Presidente, se é este o caminho, se é este o sentido da sua acção enquanto Presidente da Câmara?

Se é esta a ligação que nós pretendemos e que V. Exa pretende entre o Povo, entre as pessoas e os seus Eleitos?

Por mim é esta! Penso que é este o caminho. Chamar a nós as pessoas, termos a arte de - V. Exa tem com certeza - contactar, de querer estar com as pessoas. Deixo-lhe esta pergunta: se é este o caminho que V. Exa e esta Câmara quer seguir daqui para a frente?” -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo: “duas questões muito simples e a primeira, aproveitando aqui a presença da Senhora Provedora do Município que cumprimento, para lhe endereçar mais uma vez e reiteradamente a mesma questão: quando é que o Senhor Presidente se digna a cumprir, efectivamente, a Lei no que diz respeito à informação e nomeadamente à questão das acções judiciais do Município? Fomos confrontados, nos últimos tempos, que o Município teria sido alvo de uma acção dos supermercados E. LECLERC, ou coisa que o valha.

E, sem surpresa infelizmente, verifica-se que na sua longa e extensa informação, continua a não dar cumprimento àquilo que a Lei obriga. Faça-lhe aqui, mais uma vez, o repto de cumprir a Lei.

Alerto a Senhora Provedora do Município que não é só os Membros desta Assembleia que têm direito a esta informação, são todos os Municípes e por isso é que ela é legalmente exigida.” -----

--- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira: “O Deputado Paulo Tourais em 2009, nas funções que ocupava - não sei bem se era Presidente de Junta, Chefe de Gabinete ou Vereador - anunciava as obras e só passados 4 anos de promessas é que as começava a concretizar. Não obstante, gostava de perceber, Senhor Presidente da Câmara, como é que encontrou esta Autarquia relativamente à sua situação e a esta obra em particular, e já agora uma abordagem sobre as Estradas do nosso Concelho.

Relativamente à aplicação de Fundos Comunitários, temos hoje dados que comprovam o fraco aproveitamento de fundos Comunitário nos Mandatos anteriores. Surpreende-me por isso a preocupação de alguns Senhores que antes tinham responsabilidades e hoje continuam a ser a voz do anterior “Regime” nesta Assembleia. Gostaria portanto de saber Senhor Presidente o que é que a Câmara Municipal está a fazer a nível de Fundos Comunitários e Candidaturas para preparar como bem disse no discurso do 25 de Abril o futuro do nosso Concelho.” -----

--- A Senhora Prof. Doutora Sandra Soares apresentou um Requerimento, para ser enviado à Câmara, sobre a Actividade Municipal (**doc.10**). -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “Quero colocar uma questão ao Senhor Presidente da Câmara, mas antes dar um esclarecimento. Fui chamado de mentiroso pelo Senhor Deputado Paulo Tourais, quando há pouco referi que o Senhor Deputado tinha efectivamente acumulado as funções de Chefe de Gabinete com as de Vereador na Câmara Municipal. Fui conferir os meus arquivos e encontrei uma acta do dia 5 de Julho de 2013 que diz que esteve presente o Senhor Vereador Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais. Ora bem, parece-me que o Senhor Deputado Paulo Tourais foi nomeado Chefe de Gabinete do anterior Presidente da Câmara a 2 de Janeiro de 2013 e 2 de Janeiro é anterior a Julho, não podia por isso em nome daquilo que é a minha honra deixar de fazer aqui este reparo. Relativamente à questão que pretendo colocar ao Senhor Presidente da Câmara, perguntar que informações nos pode avançar relativamente a uma questão que já aqui surgiu que nos falava dos fundos e dos mecanismos dos meios de reabilitação urbana.” -----

--- O Senhor Prof. Doutor João Correia: “Já se encontra, neste momento, na fase final de apreciação pelos Membros do Governo, nomeadamente da Pasta da Saúde e da Pasta da Ciência e Ensino Superior, a criação de um consórcio entre o Centro Hospitalar da Cova da Beira, a Unidade Local de Saúde da Guarda, a Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, o Centro Hospitalar Tondela Viseu e a UBI através da Faculdade de Ciências da Saúde. Um consórcio que é uma estrutura integrada de assistência, ensino e investigação médica. Isto é resultado de uma Resolução do Conselho de Ministros que é a 22/2016. E, quando nós tomámos conhecimento, surgiram dúvidas e uma preocupação, o Centro Hospitalar da Cova da Beira agrupa dentro de si duas Unidades Hospitalares. Eu gostava de saber, exactamente, se existem novidades pertinentes relativamente à Unidade Hospitalar do Fundão que constitui, penso eu, um aspecto importante de toda esta arquitectura.” –

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu às questões que lhe foram colocadas: “Nunca vi, não vejo e nunca verei a Covilhã como uma quinta, nem como uma ilha. Nós estamos e vivemos em Comunidade, neste caso Intermunicipal e Regional, para já não falar no contexto Nacional que é óbvio de modo que o que temos de fazer é estreitar laços, estreitar sinergias, cooperação, não só com os nossos, dentro das nossas “fronteiras”, mas também com os nossos vizinhos de outros Concelhos, mais perto ou mais longínquos. Quando os Concelhos vizinhos têm boas iniciativas, são contemplados com projectos. Acreditem por isso que este Presidente de Câmara não tem qualquer inveja relativamente a esses Concelhos, pelo contrário, saúdo. Porque na prática significa que quando os nossos vizinhos estão bem, e digo isto recorrentemente, nós para lá caminhamos e temos razões para dizer que também não estamos mal, porque temos as nossas ideias, temos os nossos projectos que se vão paulatinamente de forma muito cuidadosa construindo. E vão-se contruindo sem destruir nada.

E, falando de projectos para a Região, relembro aqui um projecto muito importante que tem particular incidência no Concelho da Covilhã, mas também no âmbito Regional e Intermunicipal que é a requalificação da Linha da Beira Baixa, entre as Estações da Covilhã e da Guarda. Como sabem foi interrompida em 2009 e nunca mais foi retomada. No entanto, foi recentemente anunciado pelo Senhor Ministro das Infra-estruturas, o Dr. Pedro Marques, num Conselho Regional do Centro, que esta é uma obra prioritária, não só porque se faz justiça com a nossa Região e com o nosso Concelho, mas também porque ela é absolutamente indispensável no fechamento deste anel em direcção a Vilar Formoso. Aliás, para que a linha da Beira Alta possa ser requalificada é essencial requalificar a linha da Beira Baixa, de modo a não haver encerramento da circulação de pessoas e de mercadorias em direcção a Vilar Formoso e ao Estrangeiro, que como sabem é a principal porta de entrada e de saída de mercadorias e pessoas em Portugal.

Por outro lado dar nota porque é também uma questão recorrente e transversal e foi aqui já salientado o problema da nossa barragem. Escuso-me a expender todos os argumentos factuais relativamente ao processo da barragem e porque é que ela não está construída. Se há coisa que nós fazemos, na Câmara Municipal, é não atropelar a Lei. Cumprir as prerrogativas e aquilo que está contratualizado. Eu trouxe-vos aqui diversas vezes correspondência, não estou a falar de conversa, não estou a falar de discurso, estou a falar de documentos do POVT e daquilo que era o processo propriamente dito. E, portanto, nós não estávamos em condições de começar nem de terminar a obra, nem pouco mais ou menos, dentro dos prazos contratualizados com a União Europeia. Nem havia condições do ponto de vista jurídico para invadirmos propriedade privada até porque vocês sabem como é que o processo judicial se encontrava. Teria sido muito mais correcto se no passado em vez de se alimentarem as litigâncias compulsivas e as perseguições habituais se se tivesse lançado mão do plano B que é o melhor de todos os planos. Guerras que depois nos saem caras e atenção porque este processo não terminou. De facto, fui informado recentemente que houve danos provocados por invasão de propriedade privada, sem a devida autorização legal, já estou por isso informado que vem aí mais uma acção judicial de quantia grossa. Mais uma, portanto.

Mas vamos ao futuro, porque nós estamos cá para resolver os problemas. Como sabem há questões de natureza jurídica e da concorrência que têm que ser acauteladas. São questões que têm a ver com o ambiente, que estão a ser tratadas e portanto neste momento o processo para o lançamento do concurso está na iminência de ser lançado, o concurso do projecto internacional da barragem.

Deixem-me que vos diga que há da parte do Governo da República abertura para esta nossa candidatura e portanto independentemente do Plano Nacional de Barragens, embora nós devamos compaginar o nosso projecto com o Plano Nacional, a verdade é que temos, como aliás já tínhamos no anterior Governo disponibilidade para a concretização deste projecto. Na sequência daquela que já era uma decisão do anterior Governo, também este está disponível para que este grande desígnio da Covilhã se concretize. Não vamos é concretizá-lo à martelada, à invasão, nem a violar a Lei, designadamente Leis da concorrência, Leis procedimentais, critérios que são do âmbito administrativo. Como sabem, é bastante complexo o respeito a essas tramitações e portanto está a seguir o curso normal. E socorrendo-me um pouco daquele ditado, daquele aforismo popular de que as galinhas apressadas depois têm os pintainhos defeituosos, nós queremos de facto é que as coisas corram efectivamente bem, porque seria mau para nós estarmos a lançar um projecto que podia esbarrar desde logo no Tribunal de Contas. E portanto queremos cumprir a Lei, para depois não andarmos também a verberar contra os Tribunais. Portanto a barragem continua a ser uma aposta nossa.

Já aqui foi saudada, a meu ver bem, por todas as Bancadas, a concretização da velha aspiração das Populações do Sul do Concelho e estou a reportar-me sobretudo, sem embargos das outras, às Freguesias de Aldeia de S. Francisco de Assis e de S. Jorge da Beira. Era uma antiga aspiração daquelas Populações, legítima. É o elo de ligação entre o Norte do Concelho e o Sul. É a facilitação de uma actividade económica muito importante, que é a extracção mineira e o potenciar de outras actividades que podem ser ali objecto de implantação (e que esta mesma semana, em reunião com o Senhor Administrador da BERALT TIN, demos passos de gigante no sentido de estabelecermos uma parceria para potenciar actividades em vários domínios nessa mesma mina).

Dizer, também uma coisa que é de elementar justiça, que é de todos quantos se bateram ao longo dos anos para que esta promessa, que foi agora concretizada, da estrada e estou-me a reportar sobretudo à Senhora Presidente e ao Ex-Presidente da Junta da Aldeia de S. Francisco de Assis e ao actual Presidente de S. Jorge da Beira e aos anteriores Presidentes de S. Jorge da Beira, que todos eles sempre ao longo dos anos se bateram para que esta Estrada existisse. Ao referir-me a eles estou obviamente a referir-me a todos os outros Membros, quer dos Executivos, quer das respectivas Assembleias que aqui aproveito para saudar e agradecer o combate, dizendo-lhes que não foi em vão que tiveram esse combate, porque tiveram neste Executivo o eco positivo relativamente à concretização daquela obra. Uma coisa é ter-se dados passos significativos e louváveis no passado, como foi o caso da vinda do Regimento de Engenharia de Espinho que entre 2009 e 2012 que ali trabalhou e trabalhou bem e a quem estamos profundamente gratos. Farei aliás questão de no próximo dia 4 que é o dia da Unidade, publicamente agradecer ao Senhor Comandante do Regimento de Engenharia de Espinho o trabalho que ali desenvolveram e que foi muito importante. A verdade é que o resto, que era os 95% daquilo que é difícil fazer, que é investir lá dinheiro vivo, sem recurso fundos comunitários e sem olhar critérios de natureza eleitoralista. Eu já disse e repito se fosse um frio e calculista político faria muito simplesmente o seguinte – dividia aquilo por 3 ou por 4, disseminava este investimento por zonas mais densamente povoadas, onde há mais eleitores e depois ia lá, passo a expressão, cobrar eleitoralmente estas mesmas obras. Mas não, está feita numa Freguesia onde actualmente residem 80 pessoas e mais abaixo em S. Jorge da Beira que pouco mais lá residem, mas a ideia é esta – é inverter este ciclo de despovoamento e desertificação.

Foi para isso que fizemos esta estrada, foi por solidariedade, mas também atendendo ao desenvolvimento económico que é fundamental. Porque nós não podemos passar o tempo a dizer que queremos fixar empresas, criar emprego e criar riqueza se não criarmos também as condições indispensáveis para que isso aconteça e possa acontecer numa zona, que é uma zona deprimida. Quer queiramos quer não, infelizmente aquela é a zona menos densamente povoada e a mais economicamente deprimida do nosso Concelho, um pouco à imagem entre o Interior e o Litoral. Aquele é o nosso Interior e nós estamos aqui um pouco mais no nosso Litoral. Não querendo com isto dizer que vivemos em nenhum oásis. O que nós queremos, portanto, é esbater essas mesmas assimetrias e dar-nos, como eu tive ocasião de dizer no acto de inauguração, dar-nos legitimidade, dar-nos força para quando reivindicamos para a nossa Covilhã e para o nosso Interior coisas podermos dizer que fazemos no nosso Concelho aquilo que defendemos para o País, que é a coesão territorial, a coesão social, que é fundamental ao nosso desenvolvimento.

Relativamente a outras questões que aqui foram levantadas, relembro que foi levantada a questão da Universidade. Dizer que acompanho, como já acompanhava dantes na vigência do anterior Governo, o protesto relativamente ao subfinanciamento da Universidade da Beira Interior. A Universidade da Beira Interior não é mais nem é menos do que a Universidade de Trás-os-Montes ou a Universidade de Évora e portanto é profundamente injusto.

E porque estamos a falar do Interior e porque também foi e tem sido nos últimos tempos objecto de discussão, já hoje o foi aqui, o problema da Unidade de Missão, esta Unidade de Missão não é uma Unidade para fazer diagnósticos, os diagnósticos estão feitos há muitos anos e eu recomendo mais uma vez, sobretudo aos que têm menos cultura política, que revisitem as Jornadas da Beira Interior, oportunamente e felizmente promovidas na década de 80 pelo saudoso António Paulouro e pelo Jornal do Fundão. O diagnóstico está feito aí com as devidas distâncias temporais e com actualizações pontuais não-de ver que todo o diagnóstico está aí feito. Portanto relativamente a Unidade de Missão, já tive oportunidade de dizer quer à Senhora Professora Helena Freitas ao Senhor Eng.º João Paulo Catarino, só não tive oportunidade de pessoalmente o dizer ao meu amigo Luís Garra, que também vai em boa hora enriquecer esta Unidade de Missão, que o diagnóstico está feito. Portanto o que esta Unidade de Missão vai fazer é arregaçar as mangas e propor medidas, vai propor medidas. Saudar também aqui esta diferença, esta sensibilidade que há relativamente aquilo que é o Interior. E, também, socorrendo-me um pouco daquilo que diz o Senhor Primeiro-Ministro António Costa estou de acordo com ele quando ele diz que *a interioridade também não é só uma fatalidade é uma oportunidade* e nós também temos que tirar partido da nossa proximidade da Espanha, nós temos que tirar partido daquilo que é a nossa riqueza, grande riqueza que é a qualidade de vida que aqui temos no Interior, daí este ser o Concelho do Interior do País mais bem classificado neste domínio aqui na nossa Região.

Pois bem, neste domínio penso que no essencial terei respondido a muitas questões que aqui foram colocadas de forma transversal, por muitos Senhores e Senhoras Deputados Municipais.

Dizer ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Peso relativamente ao problema da Estrada, respondendo-lhe a ele e estou a responder aos restantes. Os buracos nas estradas estão a ser tapados de acordo com as nossas possibilidades, com o dinheiro que temos, pelo que as requalificações vão sendo feitas ao ritmo das nossas finanças. Vivemos um tempo que não é de vacas gordas e quando se fala aqui em Fundos Comunitários, no passado subaproveitaram-se.

Desaproveitaram-se soberanas oportunidades no domínio da recuperação da via pública no Concelho da Covilhã. Eu acho que serei insuspeito para falar na questão que vou referir – o Concelho do Fundão sob a Presidência do Presidente Manuel Freches recuperou praticamente toda a rede viária do Concelho do Fundão, toda! Tem lá dívida, pois tem, mas recuperou as estradas. Nós temos dívida e não temos as estradas recuperadas. É que nós temos uma dívida colossal, uma dívida extraordinária e não temos as nossas estradas recuperadas. Perdoar-me-ão, isto não é para atingir ninguém, não é para fustigar ninguém, mas isto tem que ser dito olhos nos olhos das Senhoras e Senhores Deputados e para que os nossos Concidadãos entendam. Porque durante 16 anos tivemos 66 milhões de receitas extraordinárias e não se recuperaram as estradas, não se recuperou a habitação social. Aliás, depois de se terem antecipado as rendas da habitação social, nunca mais se pregou um prego numa casa de habitação social. Isto é compreensível? Mais e depois pergunto então mas tivemos 66 milhões de receitas extraordinárias mas ficámos sem dívida? Não, é que ficámos ainda mais endividados! É que quando esta Câmara chegou ao poder tinha 70 e tal milhões de dívida, passivo exigível, porque o outro é de 140 milhões, o contabilístico. A dívida exigível era de 76 milhões de euros, aproximadamente. Tivemos receita extraordinária de 66 milhões e não se fizeram estradas; não se recuperaram estradas; não se recuperaram pontes; não se recuperaram as Escolas; os Jardins de Infância; o Teatro Municipal não existe. Não fossemos nós tê-lo tapado já com grande sacrifício com 130 mil euros que muita falta faz noutros lados. Fizemos intervenções em Escolas: Penedos Altos; Rodrigo e pequenas intervenções noutras Escolas do Concelho; um Centro de Saúde em Peraboa; o encerramento de obras no Peso; no Tortosendo; o Centro Interpretativo do Ferro. Isto é que é obra! Fazer obra ou ajudar a concretizar obra em tempo de vacas magras. Isso é que é dificuldade! Isso é que é feito. Isso é que é ousadia. Isso é que é digno de registo, passo a imodéstia. Agora, governar com muito dinheiro? Isso, todos sabem. Mas pronto sem qualquer acrimónia, sem qualquer acinte, dizer de facto Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais para mim temos muitas prioridades relativamente às estradas. Já foi feito o levantamento, quero aqui recordar que são 82 intervenções, mas não são intervençõezinhas, são intervenções em ruas e estradas! Não é tapar uns buraquinhos. Estamos a falar de cerca de 10 milhões de euros. Não estamos a falar em trocos. Dinheiro esse que poderia ser aproveitado no passado quando havia Fundos Comunitários. Questionam-me sobre o nível de execução numa altura em que ainda não abriram praticamente avisos significativos para concorrer a Fundos Comunitários em que pé é que estamos nós nesse domínio? Então e não perguntam qual foi o nosso grau de execução de Fundos Comunitários durante 16 anos? Um bocadinho acima de Proença-a-Nova, três vezes menos do que Castelo Branco e menos de metade do que a Guarda. Estamos portanto conversados. Hoje não estariam aqui os Senhores Presidentes de Junta a questionarem-me sobre estradas, nem a falar sobre buracos se esse dinheiro tivesse sido bem aproveitado em vez de ter sido aproveitado em foguetório, em coisas para encher o olho ao Eleitor em vésperas de Eleições.

A nossa aposta vai no domínio dos Fundos Comunitários, no sentido de tirarmos o máximo partido daquilo que conseguirmos contratualizar no âmbito do plano da Comunidade Intermunicipal. Estamos a falar na recuperação das Escolas do Ensino Básico, do nosso Concelho, bem como dos Jardins de Infância. Estamos a falar em questões de natureza ambiental, em questões de natureza cultural e do nosso património cultural e daquilo que é o mapeamento feito pelo Ministério da Educação sendo que vamos ter a maior quantia a ser despendida em requalificação escolar de todo

o Interior. Não estamos a falar aqui só da Comunidade Intermunicipal. Isto para dizer que temos que aguardar pelos avisos de abertura. Aliás, as contas reflectem exactamente aquilo que vos estou a dizer.

Meus Caros Amigos fazemos aquilo que podemos. Estou por isso de consciência tranquila, porque cada tostão que nós gastamos é multiplicado, é rentabilizado e portanto é assim que continuaremos a trabalhar. Temos de ter consciência que tal como nas nossas vidas particulares se não conseguirmos resolver os nossos problemas financeiros temos de fazer aquilo que é racional que é: sanear a Câmara Municipal da Covilhã.

Voltando aos Fundos Comunitários queria dar-lhes nota daquilo que é o PEDU. O PEDU tem investimentos na bilhética integrada; na rede de bicicletas eléctricas para uso público; na requalificação da Central de Camionagem; Centro de Inovação Cultural; Centro de Inovação Empresarial; reabilitação de fogos no Centro Histórico da nossa Cidade. Aproveito para responder à questão do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Peso que este Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano é infelizmente urbano e tão só urbano. Vila do Carvalho, Cantar Galo, Covilhã, Boidobra, Teixoso, Covilhã, Tortosendo é uma zona iminentemente urbana e nem aí nos deixam ir, mas isso é um problema do País não é um problema da Covilhã, nem da Guarda, nem de Castelo Branco. Este programa é iminentemente urbano para o casco histórico das Cidades. Perguntar-me-ão isso é bom? É bom e é mau. É bom na medida em que visa recuperar aquilo que é a cidade, mas por outro lado deixa um pouco de lado aquilo que é a reabilitação, a revitalização e a requalificação dos Centros Históricos das Aldeias e Vilas do nosso Concelho e de outros Concelhos. Há outros programas que estamos a desenvolver e aos quais estamos atentos. Há um programa financeiro do ECO TERMAL, do INTERREG. O PROVERE das Aldeias de Xisto como é sabido tem uma Líder de consórcio que é a ADXTUR onde está por exemplo integrada a Freguesia de Sobral de S. Miguel. Noutra vertente temos outras Localidades como o Ourondo e Casegas. No âmbito de outro eixo temos o BUY NATURE PROVERE Aldeias de Montanha que vão desde rede de miradouros e passadiços, redes de curta duração para produtos agrícolas, rede de curta duração para património imaterial, rede de aldeias tecnológicas sustentáveis, etc. Pré-qualificação é outro programa de operações de acolhimento empresarial; investimentos na conservação protecção e desenvolvimento do património cultural.

Estamos portanto muito atentos àquilo que são os Fundos Comunitários logo que os avisos abram. Estamos a trabalhar nos projectos. Estamos a pormenorizá-los. Estamos a trabalhá-los com quem sabe, com quem tem o *know-how* nestes domínios. Logo que surja a oportunidade nós abraçamo-la. Agora, não-de compreender que não tendo nós recursos não podemos inventá-los. Mais, nós não podemos pedir dinheiro emprestado devido ao endividamento que sofremos ao longo dos últimos anos. Estamos tapados, ou seja, só podemos pedir dinheiro emprestado para pagar sentenças do Tribunal, porque tudo o que for empréstimos de médio e longo prazo não é possível! A Lei não o permite e portanto nós só temos é que cumprir a Lei e é isso que estamos a fazer.” -----

2.2 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DO ANO DE 2015

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 14 de Abril de 2016, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas I), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 03 de Setembro, conjugado com o n.º 1, do artigo 76.º, da Lei n.º 73/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 2390 de 2016.04.19 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores:

Dr. João Bernardo (**doc.11**); Eng.º João Nuno Serra (**doc.12**); Dr. Jorge Fael (**doc.13**); Dr. Pina Simão (**doc.14**) e o Senhor Presidente da Câmara prestou esclarecimentos fazendo, em simultâneo, uma apresentação em PowerPoint que fica, para todos os efeitos legais, arquivada em pasta própria. ---

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Prestação de Contas do Exercício do ano de 2015** foi a mesma **aprovada por maioria com 31 votos a favor (PS, MAC e IND) e 11 votos contra (MAC, PSD, PCP e IND)**. -----

Foi feita Declaração de Voto:

- Senhor Dr. João Bernardo votou contra (**doc.15**). -----

- Senhor Prof. Doutor João Correia: “Eu há pouco quando estava a ouvir o Senhor Presidente da Câmara, fiquei com a sensação que estava a ouvir o antigo Primeiro-Ministro Passos Coelho, porque a forma como ele insistia na metáfora da pessoalização das Contas Municipais com as contas familiares fazia-me lembrar algo daquele choradinho sobre a pesada herança e sobre a necessidade de produzir esses equilíbrios. A verdade é que nós encontramos aqui um défice muito claro entre aquilo que foi permitido e aquilo que foi concretizado e é isso que politicamente interessa. E apesar dos esforços pedagógicos de quem tem a oportunidade de vez em quando tentar ensinar algo, não fiquei convencido”. -----

- Senhor Dr. Jorge Fael pediu para que a intervenção que fez fosse considerada como declaração de voto da Bancada do PCP. -----

- Senhor Eng.º Nuno Serra pediu para que a intervenção que fez fosse considerada como declaração de voto da Bancada do PSD. -----

- Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro pediu para que a intervenção, feita pelo Senhor Dr. Pina Simão, fosse considerada como declaração de voto da Bancada do PS. -----

2.3 – ADESÃO À ASSOCIAÇÃO GEOPARK ESTRELA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 22 de Abril de 2016, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas n), *in fine*, do n.º 1 e k), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado o n.º 2, do artigo 56.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, através do ofício n.º 2514 de 2016.04.22 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Adesão à Associação Geopark Estrela** foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

Foi feita Declaração de Voto:

- O Senhor Dr. João Bernardo: “Já aqui nos tínhamos pronunciado sobre o potencial benefício para a Região na integração do Município neste projecto. Porém, não podemos deixar de referir que mais uma vez a Covilhã e o Senhor Presidente não teve a capacidade, o engenho e a arte para conseguir atrair para o Concelho alguma estrutura ou valência que tenha um retorno directo ou até indirecto relativamente ao investimento que hoje aqui se assumiu”. -----

- Senhor Dr. Jorge Fael: “Nós temos tido uma relação com a Serra, por vezes megalómana, lembro-me dos casinos, da zona franca, dos teleféricos. Depois uma relação mais serena, mais analisada e estudada. Lembro-me de um estudo da Universidade da Beira Interior que apontava, justamente isto há 10 anos atrás, para aquilo que agora se está a fazer, ou seja uma aposta no ecoturismo, no turismo da natureza, no geoturismo que é uma das componentes de que estamos aqui a tratar. Nós votámos favoravelmente, porque para nós a intervenção ao nível do Património, seja material ou imaterial, é uma opção estratégica e indutora do desenvolvimento económico e social das Comunidades, dos recursos endógenos e da própria valorização da Entidade Local e Regional. A Serra da Estrela contém um enorme e riquíssimo património geológico, de elevado valor cultural e ambiental, que deve ser protegido, salvaguardado e valorizado no quadro dessa estratégia. É pena que assim não tenha sido até hoje. Consideramos que a vocação principal do Geopark, a ser criado, deverá ser o estabelecimento de condições sustentáveis do desenvolvimento social e económico, cuja premissa deve ser o acesso ao conhecimento científico parte integrante da educação no seu sentido mais amplo e promotor de diversas conexões entre o património cultural material, arqueológico, geológico, histórico, natural e imaterial e os saberes expressos neste território. Não podia, ainda, deixar de fazer uma referencia à geologia, a ciência que estuda a terra como todos sabemos. Em tempos defendi que era uma lacuna esta Câmara Municipal não ter um geólogo ao seu serviço. Espero que ainda venhamos a tempo de corrigir esta lacuna, porque eu acho que é uma

ciência importante, faz falta e é pena que o Município nas faldas da Serra da Estrela não tenha esse saber ao seu serviço. Teríamos evitado, aliás, alguns dissabores se tivéssemos este saber ao serviço do Município”. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia: “já agora, apenas para complementar a intervenção do Senhor Deputado Jorge Fael, dizer que a Universidade da Beira Interior tem um dos melhores Laboratórios na área da Geotecnia e provavelmente um Corpo Docente que poucas Universidades terão, tanto em termos de qualificação, como em termos de número. Basta visitarem o Piso -1 da Faculdade de Engenharia, eu convido-os a todos a visitar, porque vale a pena visitá-lo”. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Não houve intervenientes. -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram dezanove horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente acta que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

Coordenadora Técnica,